

# Uma leitura interseccional das obras de Graciliano Ramos, década de 30

*Simone Maria Hüning<sup>1</sup>*

*Milena Wanderley Wanderley Barros<sup>2</sup>*

## *Resumo*

Nessa pesquisa tivemos como objetivo realizar um mapeamento de disputas narrativas que constituem raça, classe e gênero em textos literários de Graciliano Ramos, publicados na década de 1930. Para isso, construímos uma contextualização histórica do momento político-social em que essas produções estavam inseridas, a partir de materiais produzidos por autores conhecidos nacionalmente por suas produções e seus estudos sobre raça, como Gilberto Freyre (1933) e Arthur Ramos (1943). Selecionamos as obras *Caetés* (1933), *S. Bernardo* (1934), *Angústia* (1936), *Vidas Secas* (1938) e *Terra dos Meninos Pelados* (1939), a fim de identificar e analisar como as discussões referentes a raça, gênero e classe surgem e se articulam nessas produções na década de 30 e sobre que elementos presentes nas obras do autor dialogam com as discussões sobre raça desenvolvidas na época e como/se podem contribuir para produção de conhecimentos contra-hegemônicos no atual cenário brasileiro. Nesse sentido, consideramos a importância de se compreender como as narrativas que “contam a história do Brasil” foram construídas, tendo em vista que somente a um determinado grupo social é dado esse privilégio de produzir um ideal de nação. Destacamos a seletividade estratégica das narrativas hegemônicas acerca da constituição do país, em que há uma exaltação à mestiçagem ao mesmo tempo em que as relações pelas quais esse fenômeno foi possível são apagadas.

*Palavras-chave:* Graciliano Ramos. Miscigenação. Democracia racial. Interseccionalidade

Data de submissão: fevereiro. 2025 – Data de aceite: dezembro. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v22i1.16729>

---

<sup>1</sup> Professora Titular do Curso de Psicologia da UFAL. Possui graduação em Psicologia pela UNISC (2000), mestrado e doutorado em Psicologia pela PUCRS, com período de doutorado sanduíche na London School of Economics (LSE). Estágio pós-doutoral no Brazil Institute, King's College London. Foi coordenadora do PPG Psicologia da UFAL no biênio 2015-2017) e vice coordenadora no biênio 2017-2019). <https://orcid.org/0000-0001-8080-7733> E-mail: [simone.huning@ip.ufal.br](mailto:simone.huning@ip.ufal.br)

<sup>2</sup> Mestranda na linha Subjetividades, Políticas e Processos Psicossociais pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas (PPGP/UFAL). Integrante do Núcleo de Estudos em Diversidades e Política (EDIS) desde 2022. <https://orcid.org/0000-0002-7392-2132> E-mail: [milena.barros@ip.ufal.br](mailto:milena.barros@ip.ufal.br)

## Introdução

O privilégio epistêmico de homens ocidentais tem sido um mecanismo usado para impulsionar projetos coloniais pelo mundo, como afirma Grosfoguel (2016). Teorias racistas e sexistas que tinham por objetivo um aprimoramento da raça humana foram impostas à base de uma ideia de superioridade do conhecimento eurocêntrico que se disfarça sob o discurso de universalidade e neutralidade. Foi propondo uma teoria eugenista que Francis Galton conclui que a inteligência das raças não era igual, classificando a raça negra como inferior em relação à raça branca. Nesse sentido, a partir deste tipo de construção de verdade, que nada possui de neutra, as populações negras e indígenas tiveram suas características físicas, biológicas e sociais inferiorizadas, submetidas a posições de subalternidade e associadas ao crime, à loucura e à patologia (Masiero, 2005).

Do mesmo modo, nesse sistema cisheteropatriarcal branco, a mulher é definida como oposição ao homem. O homem branco é posto como a medida da humanidade e a mulher, de modo semelhante ao que acontece com a raça, é posta como uma sub-humanidade, um homem incompleto, mutilado. Importante demarcar que o argumento inicial para a dicotomia feminino/masculino, branco/negro se encontra na biologia. No entanto, destacamos o que Ferreira (2014, pp. 140-141) traz a respeito do valor cultural desta dicotomia, relacionada com o imaginário social, “com uma ideologia, com representações que determinam nitidamente aquilo que é característico de homens e aquilo que cabe às mulheres”. Nessa dinâmica de oposição, a mulher é compreendida como aquela que não possui atributos de sujeito, sendo colocada também na posição de “outro”, de objeto.

Sueli Carneiro (2015), em seu livro *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, dialoga sobre como corpos não hegemônicos e dissidentes, durante toda história do nosso país, foram submetidos a diversas práticas de violência e a lugares de subalternidade, uma vez que marcadores sociais de diferença (como raça, gênero e classe) não remetem só às diferenças, mas também à forma que se estruturam as desigualdades, delimitando assim os lugares de poder na sociedade.

Ao refletir sobre como se dão as práticas de violências racistas e sexistas no contexto da produção científica, percebemos como corpos negros, indígenas e femininos têm sido frequentemente apagados e invisibilizados, também, como sujeitos produtores de conhecimento, por preconceitos acadêmicos, justificados por uma pretensa imparcialidade científica e por uma ideologia racista racionalizada (Moura, 1988/2020). A colonialidade dos saberes construiu, reforçou e justificou cientificamente a produção das posições de privilégios ocupadas pela branquitude, do mesmo modo que sustentou e ainda sustenta,

na atualidade, uma “monocultura narrativa - nortecêntrica, masculinista” (Oliveira *et al.*, 2019, p. 179) e lugares de subalternidade e marginalização para corpos não-brancos, não masculinos e sexualidades dissidentes, não heteronormativas. Tratar dessa colonialidade dos saberes implica refletir sobre como o colonialismo científico produziu e legitimou diversas formas de violências estruturais: as raciais, as de gênero, as de classe, entre outras.

O epistemicídio (a destruição de conhecimentos que está ligada à destruição de seres humanos) ocorreu nos campos cultural, político e social, operando pela lógica da colonialidade e do silenciamento de perspectivas não-brancas, não-eurocêntricas e não-patriarcais. Mas, apesar das raízes colonizadoras e do passado preenchido por ideais e práticas racistas, nas últimas décadas as propostas de produção de uma ciência anticolonial têm ganhado potência. Pensar nas possibilidades de conhecimentos não apenas contra hegemônicos – como já fizeram outras abordagens críticas da Ciência Moderna –, mas efetivamente posicionados em relação às questões de raça, classe e gênero têm tensionado com maior frequência os lugares de privilégio que a branquitude, em especial homens brancos, ainda ocupam no espaço da academia (Soares; Machado, 2017; Oliveira e. al, 2019; Oliveira, 2020).

Produzir ciência de modo não-hegemônico e anticolonial que considere que os sujeitos são históricos e interseccionalmente marcados por suas identidades de raça, classe e gênero é, também, uma forma de confrontar o modelo universalista e tradicional. Nesse sentido, destacamos a potencialidade dos diálogos com a literatura, que pode se constituir, simultaneamente, como registro histórico de tempos e situações distintas (por narrativas hegemônicas ou não) e como produção de conhecimento e realidades. Tal perspectiva é situada por Chimamanda Ngozi Adichie (2019) que fala de sua vivência como jovem leitora e escritora nigeriana e as dificuldades de acesso a livros não europeus ou estadunidenses. Para a autora, a limitação a um tipo de literatura produz o que chama de “perigo de uma história única”. A adoção acrítica de uma produção eurocêntrica acarretou na compreensão de uma subjetividade universal e perspectivas teórico epistemológicas coloniais como únicos caminhos possíveis para a construção dessa ciência.

Particularmente para pessoas que tiveram acesso negado às instâncias legitimadas de produção de conhecimentos nas universidades, as escritas literárias se constituíram como possibilidade de expressão e afirmação. É também no diálogo com ela que podemos questionar esses lugares proibidos para alguns corpos (Oliveira, 2020). Conceição Evaristo (2008) é uma das autoras que afirma e nos mostra que a ficção não necessariamente se opõe à realidade, argumentando sobre como o passado recriado na literatura está constantemente articulado ao tempo e à história presente.

É nesse movimento entre o presente e o passado que a literatura ultrapassa a

produção ficcional e surge como um campo de registro histórico de discursos e práticas. A respeito disso, Clóvis Moura (1988/2020) salienta o lugar que a literatura desempenhou no processo de construção da nacionalidade brasileira como uma superestrutura ideológica do sistema, uma argamassa cultural de manutenção de dominações. A partir dessa perspectiva, compreendemos que as narrativas literárias tornam-se um campo capaz tanto de instituir como de contrapor e superar os apagamentos epistêmicos produzidos hegemonicamente.

Assim, aqui propomos um olhar para a literatura entendendo-a como um modo de produção que nos permite pensar em como se tecem as discussões sobre raça, gênero e classe, e como estão relacionados à construção histórica dos sujeitos e subjetividades. Buscamos analisar em obras de Graciliano Ramos publicados na década de 1930, as disputas narrativas na construção de sujeitos – e em torno das noções de classe, raça e gênero –, colocando essa produção em diálogo com as discussões contemporâneas sobre a produção de conhecimentos contra-hegemônicos e de uma ciência antirracista e antissexista, articulando assim passado e presente. Constituem nosso material de análise os livros *Caetés*, publicado em 1933; *S. Bernardo*, de 1934; *Angústia*, de 1936; *Vidas Secas*, de 1938 e *Terra dos Meninos Pelados*, de 1939.

A década de 30 foi delimitada como o período temporal a ser analisado, pelo interesse em um olhar para o momento pós-abolição, quando, no campo científico e político, vê-se o fortalecimento dos discursos sobre embranquecimento, miscigenação e democracia racial. A escolha por esse autor expressa nosso interesse em um escritor nordestino, nacionalmente reconhecido e com produções relevantes para a literatura brasileira e reflete também o interesse particular da primeira autora do texto em pesquisar um autor conterrâneo (alagoano). Além disso, destacamos a lacuna encontrada no que diz respeito às produções que façam uma análise dos discursos sobre raça, classe e gênero nas produções desse autor da literatura clássica brasileira.

A análise a partir da literatura permitiu acessar as disputas narrativas que se produziam à época e foi orientada a partir de perguntas como: Como e quais concepções de raça, gênero e classe são elaboradas e abordadas nas obras de Graciliano Ramos? Como as/os personagens das obras selecionadas são construídas e racializadas pelo autor? Como o autor constrói diferenças e características de personagens baseadas em gênero, especialmente ao apresentar as mulheres? Como as ideias de racialização e branquitude aparecem nas produções de Graciliano Ramos?

Para situar essas disputas, construímos uma contextualização histórica da vida do autor e do momento político-social em que essas obras foram publicadas. Em seguida, estabelecemos diálogo com as produções acadêmicas que ganharam grande visibilidade à época, especialmente por seus escritos sobre raça, como Gilberto Freyre (1933) e Arthur

Ramos (1943).

Neste trabalho, assumimos que os sujeitos são social e culturalmente constituídos, a partir de marcadores sociais de poder e diferença. Marcadores estes, considerados como variáveis dependentes que se entrelaçam de maneira que a diferenciação do indivíduo ocorre na configuração de sistemas de classificação social assim como da constituição de corpos e identidades coletivas (Aragão *et al.*, 2022). Assim, estes marcadores se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas.

Compreendemos, portanto, que marcadores como raça, gênero e classe são eixos de dominação diferentes que atuam diretamente na construção do sujeito e da sociedade. Desta forma, utilizamos o feminismo negro interseccional como referencial teórico para análise das obras, uma vez que esta perspectiva busca capturar consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de dominação e compreender de que maneira esses marcadores produzem, reforçam e dinamizam desigualdades (Melo; Malfitano; Lopes, 2020). O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que operam como base nessas categorias, ele está implicado na produção e na reprodução das desigualdades sociais a partir da articulação desses marcadores, ou seja, o interesse não está nas diferenças identitárias, mas nas desigualdades impostas por elas (Davis, 2016; Gonzalez, 2020; Akotirene, 2021).

## 1 Graciliano Ramos

Tinham-me chegado vagas notícias da escravidão, sem relho e sem tronco, aceitável, quase desejável. Maria Moleca e Vitória, livres, viviam sossegadas em casa de meu avô. Não me vinha a ideia de que se conservassem ali por hábito ou por não terem para onde ir. Estavam bem, sempre tinham estado bem. [...] Não me ocorreria que alguém manejara a enxada, suara no cultivo do algodão e da cana: as plantas nasciam espontaneamente (Ramos, 1945/1978, p. 175)

Graciliano Ramos, homem branco, nasceu em Quebrangulo, interior de Alagoas, em outubro de 1892. Ao relembrar seus momentos de sua infância, em livro homônimo, o autor registra o cotidiano no contexto do pós-abolição no Brasil:

eu era ainda muito novo para compreender que a fazenda lhe pertencia. Notava diferenças entre os indivíduos que se sentavam nas redes e os que se acocoravam no alpendre. [...] Os caboclos se estazavam, suavam, prendiam arame farpado nas estacas. Meu pai vigiava-os, exigia que se mexessem desta ou daquela forma, e nunca estava satisfeito, reprovava tudo, com insultos e desconchavos (Ramos, 1945/1978, p. 29).

Vindo de família de classe média, frequentou algumas escolas entre Pernambuco e

Alagoas, para acompanhar os deslocamentos da família. O ponto em comum entre elas foi a má qualidade do ensino e o ambiente hostil. Nesse contexto, um aspecto importante a ser considerado é a vulnerabilidade que o acompanhou também no seu processo de formação educacional.

Aos nove anos, eu era quase analfabeto. E achava-me inferior aos Mota Lima, nossos vizinhos, muito inferior, construído de maneira diversa. Esses garotos, felizes, para mim eram perfeitos: andavam limpos, riam alto, frequentavam escola decente [...] Na minha escola de ponta de rua, alguns desgraçadinhos cochilavam em bancos estreitos e sem encosto, que às vezes se raspavam e lavavam. Nesses dias nós nos sentávamos na madeira molhada. [...] O lugar de ensino era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. [...] Não há prisão pior que uma escola primária do interior. A imobilidade e a insensibilidade me aterraram (Ramos, 1945/1978, p. 194-195).

Com muito esforço Graciliano Ramos aprendeu a ler e, apesar da irregularidade e má-qualidade de seus estudos, adquiriu gosto pela leitura. Com o incentivo do dono de uma biblioteca particular e considerando suas habilidades autodidatas, Graciliano desenvolveu também o gosto pela escrita e por volta dos seus 11 anos de idade escreveu seu primeiro conto (Ramos, 1945/1978; De Moraes, 2015; Mendonça, 2022).

A trajetória intelectual de Graciliano se seguiu a trancos e barrancos, tendo em vista que o campo da literatura brasileira era, e ainda é, fechado à uma comunidade da elite. A potencialidade de um texto no que diz respeito à circulação nacional e até mesmo o próprio processo de sua publicação ou não, estava relacionada à "rede de apoio" a qual o autor desse texto fazia parte. Importante para compreender o cenário intelectual brasileiro é o entendimento dessa "rede de apoio" enquanto um grupo de pessoas da elite, cercadas de privilégios, com o poder de legitimar o que é literatura ou não. Ou seja, os escritores que ocupavam posições dominantes restringiam-se a um seleto grupo que detinha o controle ao acesso à Academia Brasileira de Letras (Mendonça, 2020; Mendonça, 2022).

Após experimentar grandes frustrações na tentativa de publicação de seus escritos, Graciliano Ramos percebeu que somente adentrando numa dessas "redes de apoio" poderia obter sucesso em sua carreira intelectual, daí a importância das relações que foi constituindo com membros de uma fração da oligarquia de Alagoas, fazendo-o, inclusive, prefeito de Palmeira dos Índios. Foi na ocupação desse cargo que Graciliano teve destaque através de seus relatórios, ganhando notoriedade e chamando atenção de editores. A partir de seu novo posicionamento social e das alianças com figuras importantes na época, Graciliano Ramos conseguiu inserir-se nas rodas intelectuais de Maceió (Mendonça, 2020).

Foi somente nos anos de 1930, contando com uma rede de apoio formada por autores que possuíam reconhecimento no cenário literário brasileiro e referendado pela roda de intelectuais de Maceió, que não apenas o reconhecia como escritor, mas o auxiliava em suas investidas, que Graciliano conseguiu publicar seu primeiro livro *Caetés* em 1933.

Após a publicação de sua primeira obra e ainda contando com o incentivo dessa rede, Graciliano publicou no ano seguinte, 1934, seu segundo livro intitulado *S. Bernardo* (Ramos, 2007; Mendonça, 2020).

A década de 30, momento de fortes disputas políticas, instaurou um estado de forte repressão. A respeito disso, Graciliano comenta:

Parecera-me então que a demagogia tenentista, aquele palavrório chocho, nos meteria no atoleiro. Ali estava o resultado: ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações. O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa colônia alemã. Pior: numa colônia italiana (Ramos, 1953/2013, p. 30).

Por causa de seus posicionamentos políticos, Graciliano teve sua prisão decretada sob a acusação de ser comunista, em 1936, sendo arrancado de sua casa e mantido em uma prisão por quase um ano, sem qualquer interrogatório ou explicação.

estaria eu certo de não haver cometido falta grave? Efetivamente não tinha lembrança, mas ambicionara com fúria ver a desgraça do capitalismo, pregara-lhe alfinetes, únicas armas disponíveis [...] Tinha o direito de insurgir-me contra os depoimentos venenosos? De forma nenhuma. Não há nada mais precário que a justiça (Ramos, 1953/2013, p. 46).

Graciliano Ramos ficou encarcerado até janeiro de 1937 e, enquanto esteve preso, ocorreu a publicação do seu terceiro livro, *Angústia*. No final da década de 30, Graciliano publica os livros *Vidas Secas*, livro que consagrou sua carreira de escritor, publicado em 1938, e *Terra dos meninos pelados*, literatura infanto-juvenil, em 1939 (Ramos, 2007; Mendonça, 2020).

## 2 Década de 30: democracia racial

Os anos de 1930 e os anos anteriores foram marcados por disputas políticas efervescentes. A conjuntura de crise provocada pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929, acelerou o processo de mudanças políticas que vinha acontecendo nos anos anteriores. No Brasil, o cenário de intensa politização brasileira levou o nome de “Revolução de 30”, movimento que pôs fim à chamada República Velha e a revogação da Constituição de 1891. Esse movimento teve como figura principal Getúlio Vargas, que assumiu a chefia do Governo Provisório da nação em 1930, marcado pelo autoritarismo, por políticas centralizadoras e pela arquitetura da “nação brasileira” a partir de um processo relacional entre ciência e política, a partir de pesquisas que estavam sendo

construídas a fim de delimitar a “identidade brasileira” (Ferreira; Delgado, 2019; Ferraro; Carboni; Amaral, 2021; Madeira; Veloso, 2022).

Nesse sentido, o campo intelectual dessa época foi marcado pela produção de conhecimentos que servissem para revelar aspectos da formação social do país, a fim de delimitar os elementos principais que definem a cultura brasileira. Ganharam força no Brasil os discursos sobre embranquecimento, miscigenação e democracia racial, que vinham sendo produzidos desde o final do século XIX no Brasil, a partir de associações entre características étnico-raciais e capacidades mentais. Nesse momento, a articulação entre raça e nação produzia seus primeiros efeitos com base em estudos acadêmicos sobre o negro e sobre a análise dos aspectos sociais, culturais e políticos decorrentes da presença desse grupo na sociedade brasileira (Santos; Schucman; Martins, 2012). Evidenciava-se aí o empenho em manter-se a população negra, recém ‘liberta’, em posição de subalternidade, demarcando-se a branquitude como ideal de nação.

Ainda no final do século XIX, o médico eugenista Raimundo Nina Rodrigues afirmava a importância da raça como fator explicativo fundamental da sociedade brasileira e de seus cidadãos, a partir da utilização equivocada da Teoria da Evolução, proposta por Charles Darwin. Importante salientar que o chamado “darwinismo social”, segundo o qual os seres humanos são desiguais por natureza devido às diferentes aptidões inatas que fazem de uns superiores e outros inferiores, ignorou totalmente o papel do processo colonizador a que os povos africanos e indígenas foram submetidos e sua influência nos modos de vida das populações colonizadas (Chaves, 2003; Santos; Schucman; Martins, 2012; Ferraro; Carboni; Amaral, 2021).

No entanto, se a miscigenação era compreendida de forma negativa durante o século XIX, no início do século seguinte, tornou-se o centro de uma nova perspectiva sobre a população brasileira. A realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, como aponta Masiero (2005), marcou a tentativa da institucionalização das teorias raciais no Brasil via políticas públicas. Para tanto, contaram com o apoio de cientistas voltados direta ou indiretamente a pesquisas em diversas áreas das ciências humanas e sociais. Foi, portanto, na Era Vargas que a democracia racial passou a ser efetivada como estratégia política. Destacamos o fortalecimento de projetos políticos que visavam o branqueamento da população brasileira. Azevedo Amaral, um dos ideólogos do Estado Novo, escreve:

A entrada de correntes imigratórias de origem européia é realmente uma das questões de maior importância na fase de evolução que atravessamos e não é exagero afirmar-se que do número de imigrantes de raça branca que assimilarmos nos próximos decênios depende literalmente o futuro da nacionalidade (Amaral, 1938/2014, p. 107)

Foi dessa forma que, a partir da década de 30, o debate sobre raça e nação se

intensificou no campo dos saberes das ciências humanas e sociais, que tinha por interesse primordial o estudo dos grupos sociais e as questões relativas ao preconceito racial. Além disso, muito pode ser discutido também sobre as questões de gênero, uma vez que, como apontam Carlos, Franzolim e Alvim (2020), as políticas eugênicas estavam centradas, direta ou indiretamente, na mulher como alvo de controle da questão reprodutiva. Assim a expressão do racismo começa a se modificar, desaparecendo o discurso eugenista negativo e se manifestando de forma nova e diferente (eugenia positiva) através de discursos sobre a miscigenação e a democracia racial. Nesse momento, nomes como Gilberto Freyre e Arthur Ramos destacaram-se.

Gilberto Freyre publicou seu livro *Casa Grande & Senzala* em 1933, momento no qual o racismo científico já tinha se legitimado, iniciando-se a fase do mito da “democracia racial”, na qual é sustentado que no Brasil as relações étnioraciais aconteciam de maneira harmoniosa. Discurso que invisibiliza e mantém intacta a violenta estrutura de desigualdade racial no país, uma vez que é desenvolvido a partir de um processo de extrema romantização da violência do estupro cometida contra mulheres negras e indígenas. Freyre (1933) ignora a dimensão estrutural da escravização, a coerção por agressões físicas e sexuais por parte dos senhores de engenho contra essas mulheres.

Outro nome que se destacou nessa época foi Arthur Ramos, que encarou as teses dos supostos “primitivismo” e “inferioridade” nacionais sob um ponto de vista culturalista. No entanto, fica destacado aqui que a contrariedade à teoria de degeneração não significou o rompimento com a teoria da harmonia entre as raças, pelo contrário Arthur Ramos defendeu e propagou o mito da democracia racial. Em suas palavras:

Venho do Brasil. Felizmente para nós, a tradição no tratamento das raças é um maravilhoso exemplo da tradição portuguesa. O contato de raças no Brasil é tal, que não possuímos grupos que se considerem a si próprios, como minorias. Deste modo não temos no Brasil, nem minorias de raça nem quaisquer outras espécies de minorias (Ramos, 1943, p. 142).

A contextualização do cenário político-social da época em que as obras analisadas foram publicadas é muito importante para compreensão dos discursos hegemônicos que estruturavam a sociedade à época.

### 3 Análise das obras

No que diz respeito a análise das obras de Graciliano Ramos, destacamos a existência de uma diversidade de personagens brancas/os que, em geral, não têm sua raça nomeada, reafirmando o local da/o branca/o como “ser universal”, aquele que não possui raça, o sujeito que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 2019, p. 42).

Essa nomeação/descrição de uma personagem branca/o só se dá quando se está sendo exaltada alguma qualidade estética ou moral que sempre está relacionada a aspectos da branquitude. A exemplo disso, João Valério, Luísa, Madalena, Berta, Marina, etc, personagens das obras analisadas, são caracterizados positivamente pelo nariz “bem feito”, pelos olhos azuis e cabelos loiros, o fenótipo europeu. “Tão linda, branca e forte, com as mãos de longos dedos bons para beijos, os olhos grandes e azuis...” (Ramos, 1933/1975, p. 15), “Bonitinha, com olhos verdes e rosto de santa” (Ramos, 1936/1978, p. 87).

Por outro lado, quando há uma personagem negra/o, a raça é nomeada, sempre para demarcar um lugar de subalternidade. bell hooks (2019) define em contrariedade ao conceito de sujeito, o objeto que tem sua “história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são sujeitos” (p. 42). Dessa forma, a/o racializada/o é sempre a/o outra/o. Em *Terra dos meninos pelados*, Graciliano Ramos (1939) escreve: “chegou à beira do rio das Sete Cabeças, onde se reuniam os meninos pelados, bem uns quinhentos, alvos e escuros” (p. 13), mas o único personagem que tem sua cor nomeada é “Fringo, um menino preto” (p. 24). As/os personagens brancas/os não são nomeados no conteúdo do texto, mas na medida em que se antagonizam a essa/e outra/o racializada/o.

De modo contrário, em todas as obras analisadas, as/os personagens negras/os e/ou indígenas são sempre nomeados como negra/o, negrinha/o, cabocla/o, mulata. Como analisa Clóvis Moura em relação à produção literária de tal época “o que nessa literatura está ausente é o negro como ser, como homem igual ao branco” (Moura, 1988/2020, p. 51). A nomeação da raça está intrinsecamente ligada à distinção do local que aquela personagem ocupa na sociedade, pois esses adjetivos correspondentes a raça aparecem nas obras como sinônimo de criada/o.

Dentro dessa infeliz dinâmica, o sujeito negro torna-se não apenas a/o “Outra/o” - o diferente, em relação ao qual o “eu” da pessoa branca é medido -, mas também “Outridade” - a personificação de aspectos repressores do “eu” do sujeito branco. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer (Kilomba, 2019, pp. 37-38).

Em *Vidas Secas*, Fabiano (personagem principal da obra) é descrito como “vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava dos animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra” (Ramos, 1938/1972, p. 53). Considero essa passagem muito importante para compreensão de como se dá a articulação interseccional dos marcadores sociais de diferença e poder, nesse caso especificamente entre gênero, raça, classe e território. Mesmo sendo um homem branco, por conta de suas condições socioeconômicas, Fabiano é

afastado desse local da branquitude, trabalhava “como um negro” (p. 136), por isso, identificava-se não como um homem, mas como um animal.

Outro ponto a ser destacado é a presença recorrente de um debate político principalmente no que diz respeito à classe: “Eu sou capitalista, homem? Você quer-me arrasar?” (Ramos, 1934/1991, p. 19). “Casimiro Lopes franziu as ventas, declarou que as coisas desde o começo do mundo tinham dono. - Qual dono! gritou Padilha. O que há é que morremos trabalhando para enriquecer os outros” (Ramos, 1934/1991, p. 60). A relação entre classe, raça e território aparece sobretudo em *São Bernardo* na discussão sobre as relações de trabalho/servidão na década de 30, quando Graciliano Ramos retrata a permanência da visão senhorial da escravidão anos após a abolição. Paulo Honório (personagem principal da obra) compra a propriedade São Bernardo e junto com o terreno compra também os “criados”, as pessoas negras fazem parte do terreno, são tratadas como objetos.

Essa gente quase nunca morre direito. Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se. Na pedreira perdi um. A alavanca soltou-se da pedra, bateu-lhe no peito, e foi a conta. Deixou viúva e órfãos miúdos. Sumiram-se: um dos meninos caiu no fogo, as lombrigas comeram o segundo, o último teve angina e a mulher enforcou-se. Para diminuir a mortalidade e aumentar a produção, proibi a aguardente (Ramos, 1934/1991, pp. 38-39).

essa gente faz o que se manda, mas não vai sem pancada. E Marciano não é propriamente um homem. [...] É molambo porque nasceu molambo (Idem, p. 110).

Ainda sobre o marcador racial na obra *Caetés* de Graciliano, Murari (2018) aponta *Caetés* como uma importante obra literária da década de 1930 a utilizar como referência a figura indígena. Importante destacar que os indígenas não surgem nessa obra propriamente como personagens, mas como símbolos. O romance histórico escrito por João Valério (personagem principal do livro) pretende tratar do naufrágio do Bispo Sardinha, sua captura e posterior deglutição em um ritual antropofágico dos caetés, mas, não avança muito, tendo em vista a falta de imaginação e conhecimento do personagem a respeito do acontecimento histórico. “Para que mexer nos caetés, uma horda de brutos que outros brutos varreram há séculos? (Ramos, 1933/1975, p. 135).

Em um trecho: “Os meus caetés não têm verossimilhança, porque deles apenas sei que existiram, andavam nus e comiam gente” (Ramos, 1933/1975, pp. 21-22). Assim como as/os negras/os na obra do autor, a figura do indígena é nomeada para demarcar o lugar da selvageria e barbárie, ao mesmo tempo em que aponta para ignorância a respeito de conhecimentos sobre as populações indígenas que aqui habitavam e reitera o discurso hegemônico sobre o processo de “descobrimento do Brasil”.

O que eu devia fazer era atirar-me aos caetés. Difícil. Em 1556 isto por aqui era uma peste. Bicho por toda parte, mundéus traiçoeiros, a floresta povoada de juruparis e curupiras. Mais de cem folhas, quase ilegíveis de tanta emenda, inutilizadas. Talvez não fosse mal aprender um pouco de história para concluir o romance. Mas não posso aprender história sem estudar. E viver como o Dr. Liberato e Nazaré, curvados sobre livros, matutando, anotando, ganhando corcunda, é terrível. Não tenho paciência (Ramos, 1933/1975, p. 166)

Nesse sentido, de modo contrário ao que acontece com a caracterização das/os personagens brancas/os, personagens não brancas/os são descritas/os de forma a destacar características negativas como se pode ler nas seguintes passagens: “talvez houvesse também alguma inteligência perdida por detrás daqueles olhos mortos pela cachaça. Um sujeito inútil, sujo, descontente, remendado, faminto (Ramos, 1936/1978, p. 46)”; “Realmente, uma criatura branca, bem lavada, bem vestida, bem engomada, bem aprendida, não ia encostar-se àqueles brutos escuros, sujos, fedorentos a pituim” (Ramos, 1934/1991, p. 150); “Mandar o preto convidar-me! Era, sem contestação, uma ofensa mortal (Ramos, 1933/1975, p. 96). “tentei recordar a figura da cabocla, mas apenas me lembrei dos peitos volumosos e do nariz chato. Como lamentava não se ter espojado num canto do muro com aquilo? Que gosto estragado!” (Ramos, 1933/1975, p. 122).

Esta última passagem nos permite destacar outro aspecto importante a ser considerado na obra de Graciliano Ramos: o lugar da mulher negra. A vulgarização, ou mesmo coisificação, da mulher negra se assemelha muito a recursos discursivos encontrados também na obra de Gilberto Freyre, de forma que quando se tem uma personagem negra a praticar qualquer ação, é utilizada uma linguagem sexualizada para descrevê-la, como se vê nos trechos:

Rosa do Marciano atravessava o riacho. Erguia as saias até a cintura. Depois que passava o lugar mais fundo ia baixando as saias. Alcançava a margem, ficava um instante de pernas abertas, escorrendo água, e saía torcendo-se, com um remelexo de bunda que era mesmo uma tentação (Ramos, 1934/1991, p. 155).

Antônia, a criada de D. Rosália, passou bamboleando-se, foi até a esquina da Rua Augusta e esteve algum tempo conversando com um soldado da polícia. Voltou, sempre se rebolando e com as pernas abertas (Ramos, 1936/1978, p. 52).

A mulher negra nos livros de Graciliano Ramos não caminha ou anda como qualquer outra/o personagem, ela “bambolea-se”. Como aponta González (2020, p. 44), esse tipo de caracterização da mulher negra, hipersexualizada, “se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira”. Graciliano Ramos subscreve o sistema racista e misógino que impõe à mulher negra uma sexualidade “impura” e depravada, alimentando e fortalecendo o discurso da democracia racial brasileira.

Ainda a respeito das discussões de gênero, as obras de Graciliano Ramos analisadas neste trabalho encontram-se recheadas de passagens que demarcam os atributos de uma “boa mulher” (posição geralmente destinada a mulheres brancas). Enquanto as mulheres negras são demarcadas de forma hipersexualizada, mulheres brancas são destacadas pela beleza, pela educação, pela pureza e inocência beirando um caráter de santidade, uma idealização da mulher típica do romantismo brasileiro. “A pequena é bonita, bem-educada, toca piano, esteve no colégio de freiras. Onde se vai achar outra em melhores condições?” (Ramos, 1933/1975, p. 34); “Luísa era franca - movimentos decididos, riso claro, grandes olhos azuis que lhe deixavam ver a alma [...] Luísa era boa, de uma bondade que se derramava sobre todos os viventes [...] Luísa era pura” (Ramos, 1933/1975, pp. 57-58); “Madalena possuía um excelente coração. Descobri nela manifestações de ternura que me sensibilizaram” (Ramos, 1934/1991, p. 104); “mulher sem religião é horrível [...] Mulher sem religião é capaz de tudo” (Ramos, 1934/1991, p. 131).

Apesar das descrições românticas acerca dessas mulheres, é necessário considerar que essa idealização da mulher presente no romantismo nos demonstra também a concepção de gênero em que a mulher é uma pessoa incompleta e submissa, um ser em falta que precisa da figura masculina para orientar-se.

Não gosto de mulheres sabidas. Chamam-se intelectuais e são horríveis. Tenho visto algumas que recitam versos no teatro, fazem conferências e conduzem um marido ou coisa que o valha. Falam bonito no palco, mas intimamente, com as cortinas cerradas dizem: - Me auxilia, meu bem. (Ramos, 1934/1991, p. 134)

Falaram novamente na Clementina, coitada, nos ataques que a fazem morder, rasgar, despedaçar. O Dr. Liberato receava que aquilo acabasse em loucura. - É pena que não lhe arranjem um homem. - Um homem? Credo! Pois o Doutor queria dar um homem à moça? E isso lhe traria saúde? - Talvez trouxesse. (Ramos, 1933/1975, p. 20).

Você reparou nas olheiras de Marta? [...] Aquilo é falta de macho. Coitadinha. (Ramos, 1933/1975, p. 112)

Longe de ser um local de afeto, o que aparece, articulado a essa concepção da mulher que precisa de um homem, é o sentimento violento de posse dos homens sobre as mulheres. “O meu desejo era pegar Madalena e dar-lhe pancada até no céu da boca” (Ramos, 1934/1991, p. 137); “Ah, se eu soubesse que ela me traía, matava-a, abria-lhe a veia do pescoço, devagar, para o sangue correr um dia inteiro” (Ramos, 1934/1991, p. 149).

Também no que diz respeito às concepções de gênero e raça que aparecem nas obras, destacamos a presença de um debate no que diz respeito a mulheres brancas assumindo postos de trabalhos com certo prestígio social. Contrariamente às mulheres negras, postas sempre na figura de criadas, algumas personagens brancas buscam

empregos rompendo com o local socialmente destinado à mulher (atribuições domésticas). “Ela não é preguiçosa. Cose, borda, mas trabalho de mulher em casa não adianta. Gasta-se tempo sem fim num bordado e recebe-se uma ninharia. Se fosse possível arranjar um emprego para Marina...” (Ramos, 1936/1978, p. 50). Mas, ainda assim, existem os empregos/funções que podem ser desempenhadas por mulheres e outras, por homens. “é tolice querer uma pessoa ter opinião sobre assunto que desconhece. Cada macaco no seu galho. Que diabo! Eu nunca andei discutindo gramática. Mas as coisas da minha fazenda julgo que devo saber. E era bom que não me viessem dar lições” (Ramos, 1934/1991, pp. 100-101).

## Conclusão

Considerando as discussões referentes a raça, gênero e classe analisadas nas obras de Graciliano na década de 30, destacamos algumas concepções em torno dessas categorias. Há um posicionamento muito crítico do autor principalmente no que diz respeito às questões de classe, o que torna evidente o motivo da prisão de Graciliano Ramos acusado de comunismo nesse contexto de intensa repressão da década de 30. Em suas obras o autor denuncia algumas violências sociais e tece críticas aos modos de produção do sistema capitalista, traz também uma discussão que articula classe, raça e território principalmente nas obras *Vidas Secas* e *São Bernardo*.

No que diz respeito à construção racial dos personagens, destacamos o caráter “universal” de personagens brancas/os que, em geral, não têm sua raça nomeada, em contraponto às/aos personagens negras/os que são sempre demarcados racialmente a fim da delimitação de um lugar de subalternidade e marginalização, aquele que é o outro. Além disso, a hipersexualização da imagem da mulher negra nas obras, perpetua a história brasileira narrada por Gilberto Freyre, tendo em vista que a defesa de que vivemos numa democracia racial no país é sustentada pela romantização do estupro dessas mulheres a partir da objetificação de seus corpos. As mulheres negras nessa lógica são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, a partir da marcação de uma sexualização “impura”, pela qual ela mesma é responsabilizada.

Em contrapartida, às mulheres brancas é reservado o lugar oposto, da mulher santa, submissa e incompleta, que precisa da figura masculina. Ainda que seja presente o debate a respeito dessas mulheres brancas assumindo interesse no trabalho ou nos estudos, não é num contexto de emancipação dessas mulheres, pelo contrário, é sempre num processo de construção da “boa mulher”, dona do lar, bem educada para cuidar melhor do marido e dos filhos. Mesmo ocupando uma posição de privilégio em relação às violências constantes sofridas por mulheres negras, a mulher branca também está inserida

na dinâmica de opressão em relação aos homens brancos.

Destacamos que não é o objetivo deste trabalho definir se as questões expressas pelos personagens das obras são ou não o pensamento do autor. O que propomos é a análise da escrita de Graciliano Ramos como um campo de registro histórico das narrativas hegemônicas da época, que submeteram/submetem corpos negros, indígenas, femininos e pobres a lugares de subalternidade e marginalização e reforçam a produção de lugares de privilégios ocupados pela branquitude.

Nesse sentido, considero a importância de se compreender como as narrativas que “contam a história do Brasil” foram construídas, pois, como aponta Reis (2019): “forjar um ideal de nação por meio da escrita é um privilégio conferido a determinados grupos sociais e, assim, as interpretações de Brasil timbradas como válidas partem de uma visão de mundo masculina e branca” (p. 3). Destaco, portanto, a seletividade estratégica das narrativas hegemônicas acerca da constituição do país, em que há uma exaltação à mestiçagem para a defesa de uma falsa harmonia racial, ao mesmo tempo em que as relações pelas quais esse fenômeno foi possível são apagadas.

O que Gilberto Freyre chama de “furor de don-juan das senzalas desadorado atrás de negras e molecas” (1933, p. 266) e de inclinação do português para o “contato voluptuoso com mulher exótica” é o reflexo do poder que os escravizadores brancos exerciam contra mulheres negras e indígenas escravizadas. A defesa da existência de uma democracia racial no país é, ao mesmo tempo, um processo de invisibilização da violência e uma forma de opressão. bell hooks (2022), no livro *E eu não sou uma mulher?*, comenta sobre as situações de abuso dentro dos navios negreiros:

A nudez da mulher africana servia como um constante lembrete de sua vulnerabilidade sexual. Estupro era um método comum de tortura usado pelos escravizadores para subjugar negras recalcitrantes. A ameaça de estupro e de outras violências físicas causava terror psíquicos (p. 41-43).

Acessar essas obras, fazendo uma leitura atenta e com um olhar interseccional, tornou possível compreender melhor as raízes do autoritarismo que atormenta a vida político-social no Brasil, a fragilidade das instituições políticas e da democracia, a desigualdade, o racismo e o machismo estruturais da sociedade brasileira e a violência sistemática como forma de solução dos conflitos. A literatura, como um campo de registro histórico dessas práticas de opressão, nos permite analisar como essas narrativas em defesa da democracia racial estão presentes em nossa sociedade e como sustentaram e sustentam até hoje os sistemas de opressões.

Como bem pontua Chimamanda Adichie (2019, p. 22) “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. Entender como a população negra é representada na literatura é

fundamental para compreender como essas narrativas que desumanizam, primitivizam e brutalizam corpos negros foram sendo reproduzidas e fortalecidas.

Grada Kilomba (2019) fala da importância de um percurso de conscientização coletiva, “uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas” (p. 12-13). Da mesma forma fazemos um paralelo à construção de conhecimentos contra-hegemônicos, sustentando que é fundamental e necessário o rompimento com o mito (ainda atual) da democracia racial, tendo em vista que foi/é a partir dessa narrativa que estruturam-se e são, ainda, invisibilizados os sistemas de opressão. Destacamos, portanto, a necessidade de problematizar obras clássicas da literatura brasileira, não de forma a se pensar tais textos de maneira anacrônica, mas com o intuito de compreender como as narrativas em torno de classe, raça e gênero foram sendo não apenas registradas, mas também construídas e perpetuadas pela literatura.

## An intersectional reading of the works of Graciliano Ramos, 1930s

### Abstract

*In this research, our objective was to map the narrative disputes that constitute race, class, and gender in the literary texts of Graciliano Ramos, published in the 1930s. To achieve this, we built a historical contextualization of the political and social moment in which these works were produced, based on materials created by nationally known authors for their work and studies on race, such as Gilberto Freyre (1933) and Arthur Ramos (1943). We selected the works Caetés (1933), S. Bernardo (1934), Angústia (1936), Vidas Secas (1938), and Terra dos Meninos Pelados (1939) in order to identify and analyze how the discussions related to race, gender, and class emerge and interconnect in these works from the 1930s. Additionally, we explored which elements present in the author's works engage with the racial discussions of the time and how/if they may contribute to the production of counter-hegemonic knowledge in the current Brazilian context. In this sense, we emphasize the importance of understanding how the narratives that "tell the history of Brazil" were constructed, given that only a specific social group has been granted the privilege of producing an ideal of nation. We highlight the strategic selectivity of hegemonic narratives about the constitution of the country, where there is a glorification of miscegenation, while the relations that made this phenomenon possible are erased.*

*Keywords: Graciliano Ramos. Miscegenation. Racial democracy. Intersectionality*

### Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Poeteiro Editor Digital. São Paulo, 1938/2014.

ARAGÃO, Herifrania Tourinho; SANTANA, Jessy Tawanne; SILVA, Guilherme Mota da; SANTANA, Milenna Freitas; SILVA, Larissa Nascimento Mota da; OLIVEIRA, Millena Luize de Lima; MELO, Cláudia Moura de. Impactos da Covid-19 à luz dos marcadores sociais de diferença: raça, gênero e classe social. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 338-347, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E123>.

CARLOS, Anderson Ricardo; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 27, p. 781-801, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400005>

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro, 2015.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. *Psicologia em estudo*, v. 8, p. 29-37, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200004>.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DE MORAES, Dênis. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Boitempo Editorial, 2015.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória*. Releitura, Belo Horizonte, n. 23, p. 1-17, 2008.

FERRARO, José Luís Schifino; CARBONI, Davi; AMARAL, Augusto Jobim do. Biopolítica, raça e o Estado novo brasileiro. *Revista Opinião Filosófica*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v12.1037>.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. A mulher como o «outro»: a filosofia e a identidade feminina. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 24, n. 1, 2014. Disponível: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5612.pdf>.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo-vol. 2: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo-Segunda República*. Editora José Olympio, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Editora Elefante, 2019

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher*. Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza. O Modernismo nas Ciências Sociais. Reflexões em torno de três clássicos do Pensamento Social Brasileiro. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.

74, n. 2, p. 1-11, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220025>.

MASIERO, André Luís. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia*. Natal, v. 10, p. 199-206, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200006>.

MELO, Késia Maria Maximiano de; MALFITANO, Ana Paula Serrata; LOPES, Roseli Esquerdo. Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, p. 1061-1071, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1877>.

MENDONÇA, Wellington Pascoal de. Graciliano Ramos e a roda de Maceió. *Sociedade e Estado*, v. 35, p. 957-980, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035030013>.

MENDONÇA, Wellington Pascoal de. Graciliano Ramos na belle époque carioca: um projeto frustrado. *Sociologia & Antropologia*, v. 12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752022v1238>.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. Editora Perspectiva SA, 1988/2020.

MURARI, Luciana. Os filhos da natureza: Figurações do indígena no romance brasileiro dos anos 1930. *Latin American Research Review*, v. 53, n. 2, p. 358-371, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/14683>.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; ROCHA, Késia dos Anjos; MOREIRA, Lisandra Espindula; HÜNING, Simone Maria. “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. *Fractal: Revista de Psicologia*. v. 31, n. esp. 179-184, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29043](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043).

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. O Pensamento de Fronteira de Carolina Maria de Jesus. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, e212106, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003212106>.

RAMOS, Arthur. *Guerra e relações de raça*. Departamento editorial da União nacional dos estudantes, 1943.

RAMOS, Graciliano. *Caetés*. Editora Record, 1933/1975.

RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. Editora Record, 1934/1991.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Editora Record, 1936/1978.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Editora Record, 1938/1972.

RAMOS, Graciliano. *Terra dos meninos pelados*. Editora Globo, 1939.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Editora Record, 1945/1978.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Editora Record, 1953/2013.

RAMOS, Graciliano. *Site oficial*. Obras, 2007. Disponível em: <https://graciliano.com.br>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

REIS, Marina de Oliveira. O pacto narcísico da casa grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre. *Humanidades em diálogo*, v. 9, n. 1, p. 93-101, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2019.154274>.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, p. 166-175, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso).